

APRESENTAÇÃO

A *Revista Interfaces* tem como tema a entrelaçar os ensaios publicados neste número 23 uma interrogação voltada para as relações entre os campos da criação literária, musical ou arquitetônica, assim como aqueles da experimentação estética e de linguagens e as esferas de poder, sejam elas políticas ou econômicas. A potência criadora na arquitetura, nas artes, nas literaturas e na música, em obras que foram nos deixando marcos e referências para a construção de identidades em diferentes épocas e contextos políticos, vem subverter as ordens estabelecidas, estruturas simbólicas e forças de autoridade. A *poietike*, ciência ou saber produtivo, arte ou poética, ao longo dos séculos, foi tecendo, no campo da cultura, narrativas divergentes de versões oficiais de nossa história, que não se limitam a formas de expressão, mas provêm, igualmente, de um fazer e de uma ação, *poieîn*. Ao lado de um dizer e fazer estetizados, que carrega um posicionamento de denúncia e atuação política, temos que considerar ainda as transformações do campo artístico e literário em seu viés econômico. O mecenato, as premiações, os concursos, as concorrências, e mais recentemente na história da cultura, as demandas de mercado têm sido sistemas de financiamento das atividades de criação intelectual e produção de obras que evidenciam, hoje de modo quase dramático, em que domina uma economia de mercado e produção em escala, as difíceis relações entre artista, arquiteto, crítico, designer, escritor, intelectual, músico ou urbanista e o campo econômico. Seu poder expressivo e comunicativo, sua capacidade produtora de imaginários e espaços sociais de que se apropriam, sem cessar, os mecanismos da chamada *cultura de massas*, constituem, a um só tempo, diferentes modos de inserção face às múltiplas estratégias de controle econômico e maneiras de resistir à dominação exercida pela esfera política.

Joseph Jurt, Professor Emérito da Universidade de Freiburg, na Alemanha, abre este número, com o ensaio e a indagação *Le pouvoir symbolique de la littérature : une exception française ?* no qual examina o lugar paradigmático da literatura francesa, diante das instâncias políticas, e sua força de atuação, partindo da fundação da Academia francesa de Letras em 1635. Fundamentando seu propósito nas teorias sociológicas da arte de Pierre Bourdieu, em que a dimensão simbólica das relações de poder não é vista como um mero reflexo das relações econômicas e goza em relação a estas de uma relativa autonomia, Joseph Jurt chama nossa atenção para a “qualidade literária” que se projeta em termos de prestígio no campo social e vem legitimar de modo suplementar as figuras públicas de cientistas e

políticos. O *capital simbólico*, conceito cunhado por Bourdieu, acumulado por agentes sociais de um determinado campo, estaria na base da *violência simbólica*: autoridade e prestígio vêm naturalizar, tornar legítimo um lugar de poder, por um processo que internaliza a dominação. De acordo com tal quadro teórico, os intelectuais, e nesta categoria estão incluídos homens e mulheres de ciência e artistas, contudo, auferem *capital simbólico*, mas não detêm *poder simbólico*, por ocuparem uma posição de dominados junto ao campo do poder. O autor do ensaio refaz um percurso histórico do “exemplo francês”, a partir da fundação da Academia de Letras francesa, no século XVII, em que escritores e artistas fizeram do rei Luís XIV um novo Augusto, glorioso por seus feitos militares e também por seu apoio às Letras e às Artes. As relações entre monarquia absoluta e a cultura já se instauram problemáticas, o letrado se profissionaliza ao se tornar escritor e buscar incessantemente meios de emancipação, fazendo da literatura, na França, um modelo de expressão da identidade da nação. No século XVIII, os escritores contribuem para a formação de um espaço público de discussão que culminará com o legado iluminista de teorias estéticas, políticas e econômicas, no qual se destaca a sua função crítica e que faz da Revolução Francesa um cenário de ideais e experimentação. O Professor Jurt chama nossa atenção para um exemplo notável: o uso de formas literárias para criticar a escravidão instituída nas colônias. A força política e social dos escritores, em França, intensifica-se, ao longo do século XIX, com a massificação da imprensa, o campo intelectual passa a congregiar agentes sociais identificados com as profissões liberais: não por acaso, o que os une é a luta política e cultural pelo valor da liberdade, em todos os aspectos da vida em sociedade, o que os leva a tomar posições “diretamente políticas”. Na tradição que foi honrada por Voltaire, Rousseau, Lamartine e Victor Hugo, entre outros, destaca-se, no final do século XIX, a figura de Émile Zola e seu engajamento no processo Dreyfus – *Affaire Dreyfus* – ao qual aderem centenas de escritores, artistas e universitários. O impacto do novo grupo produziu, como um de seus efeitos, o neologismo que os identifica, na atualidade, *intelectuais*: “os quais, baseados nos valores republicanos fundamentais, assumem posições sobre causas importantes da sociedade”. Esse modelo de intervenção continuou a operar, na França, em diferentes momentos de crise, como as duas guerras mundiais e a guerra pela libertação da Argélia. Por outro lado, a França, igualmente, propõe um modo de relação entre campo literário e campo político, que faria de sua cultura uma exceção; a figura do escritor, desde o romantismo, goza de tal prestígio que as qualidades literárias de obras de representantes das ciências humanas como Lévi-Strauss, Roland Barthes, Michel Foucault, Gilles Deleuze e Pierre Bourdieu, e até mesmo de políticos, como André Malraux, o general De Gaulle e François Mitterrand, operam como uma forma

de legitimação, em seus respectivos campos de atuação. Joseph Jurt, ao concluir o ensaio, afirma que foi sua história que fez da França uma “nação literária”.

Em um plano ideal, explorando as interseções entre a literatura e a psicanálise que consideram a criação literária e artística como uma abertura para a alteridade, Augusto Rodrigues da Silva Junior e Maura Cristina de Carvalho, no ensaio *Loucura e morte em Alice no país das maravilhas: alteridade e revolução na escrita de Carroll e o inconsciente freudiano*, comparam a obra literária de Lewis Carroll à forma como nos aparecem os sonhos, articulando-as a partir do constructo freudiano do inconsciente. Na história de Alice, os pesquisadores destacam um exemplo privilegiado dos processos de carnavalização, tal como foram definidos por Bakhtin, para ler a força do humor, que faz irromper a loucura e a morte em gêneros que expressariam uma racionalidade retórica unilateral, e afirmam: “A narrativa faz dela [Alice] uma revolucionária, sonhadora e louca, delirante sem tamanho.” O encontro entre o diálogismo e a tanatografia, na literatura assim como na experiência do inconsciente, leva o leitor a um “mundo às avessas”, para a aprendizagem do não-ser e do ser outro, ou, como afirmam os autores desse ensaio, a “um encontro alteritário privilegiado”.

Na ponta da escrita poética de nossos dias que se apoia em recursos do mundo digital, ampliando seu potencial criativo, a atenção de Gabriela Bruschini Grecca e Márcio Roberto do Prado, em *O algoritmo como poeta do ciberespaço: da idealização do mesóstico de John Cage à programação computacional*, volta-se para uma análise do programa *Mesostomatic*, um código idealizado pela Universidade da Pennsylvania que gera poemas por algoritmo, com base nos mesósticos computacionais de John Cage. A escrita poética propiciada pelo *Mesostomatic* combina estratégias derivadas do acróstico, algumas regras que balizam o uso de caracteres e uma entrega ao acaso de combinatórias produzidas pela programação computacional, no jogo entre o aleatório e a estrutura formada pela “espinha” do poema: deslocamento para o meio do verso das letras que, lidas na vertical, produziriam sentidos. Os pesquisadores fundamentam sua reflexão sobre as implicações do poema gerado com o *Mesostomatic*, nas teorias de Gilles Deleuze, e em especial a filosofia do rizoma, pois tudo pode ser conectado ao modo rizomático. O ensaio propõe discutir a prática dessa nova forma de composição poética que nos obriga a repensar valores literários, como o lugar da autoria e também como o que denominam de “situacionalidade” do poema, seu lugar em um campo de relações. Vale ressaltar que tal escrita poética parece vir implodir, como uma provocação radical, a concepção de poema que herdamos do romantismo, qual seja, a de expressão original de uma subjetividade única, aquela de um indivíduo movido pelo sopro divino da inspiração e marcado pela benção e maldição de sua genialidade. Os poemas do *Mesostomatic* também nos provocam no plano da recepção: a leitura e

atribuição de sentido aos poemas assim *escritos* têm sido realizadas pelo método do *close-reading*, o que desloca o seu valor para o momento da recepção. Contudo, tomando como ponto de partida esse tipo de experiência de composição e leitura em ambiente virtual, os autores se interrogam sobre os valores, os parâmetros e a pertinência desses exercícios de interpretação *literária*, resgatando-os, de certo modo, da dominação do Uno, ao ressignificá-los pelo rizoma e apontam a dimensão política do processo de atribuição de sentidos.

Ao explorar, igualmente, categorias que desconstroem certos clichês da identidade na poesia, Flávio Barbeitas, em *Representações e apropriações da música na poesia: um caso de intermedialidade?*, considera as possibilidades interpretativas que nos são oferecidas pelas teorias da intermedialidade, incluindo a música nos processos de configuração de sentido, em poemas que representam o fenômeno musical. O pesquisador, indo além da tipologia de Wolf que fundamenta seu ensaio, caracteriza igualmente como intermedialidade “o som ainda não totalmente aprisionado pela engrenagem de significação da linguagem”, em que os signos são literários, mas não há representações da música e sim uma representação sonora. Os estudos sobre intermedialidade também permitem analisar a função estruturante da música, não somente em ficções, como faz Wolf, mas na poesia, sem deixar de lado o contexto histórico e cultural a que cada *meio* está ligado.

Ainda refletindo sobre formas e modos de representação na arte, Tarsila Couto de Brito, em *Liberdade, liberdade: as lições da tradição e do distanciamento*, lê a representação constitutiva da peça teatral de autoria de Millôr Fernandes e de Flávio Rangel, *Liberdade, liberdade* (1965), com uma abordagem que resitua a memória em sua relação com o contexto histórico e a tradição literária. A pesquisadora enfatiza que “a memória não será mais definida como uma narrativa pronta e acabada, mas como espaço de poder” e é vista como objeto de disputa entre vários testemunhos. Por outro lado, a peça se vê ressignificada por meio de leituras que não são contemporâneas de seu momento histórico, nem se limitam a apontar estratégias de luta contra a censura da ditadura militar, graças a um poder de crítica que potencializa a função política da literatura. Concebida para ser encenada, a peça *Liberdade, liberdade*, ao multiplicar personagens e recorrer a uma montagem de textos e citações, conectados por canções de nossa música popular, nos obriga a repensar as categorias de herói trágico, ação dramática e enredo, rompe a ilusão do espetáculo, trazendo, assim, para o palco a força libertadora e libertária do teatro. Por um efeito de distanciamento brechtiano, a encenação “conduziria a uma reeducação estética e política da plateia”.

Cinthia Tragante também se volta para os modos de representação literária, iluminados por seu momento social e histórico. Em *O meio na construção da*

narrativa: um estudo sobre Memórias póstumas e Clara dos Anjos, a pesquisadora estuda as representações do espaço urbano, suas reformas e novas construções brasileiras inspiradas pelas teorias higienistas, nos romances *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, e *Clara dos Anjos* (1922), de Lima Barreto, em sua relação com a estruturação da narrativa desses romances, em seu enredo e personagens. Os dois romances tratam da cidade do Rio de Janeiro, sintetizando suas contradições socioespaciais, e neles “é constante a presença da ideia do meio como formador do indivíduo”, tributária de teorias científicas e políticas urbanísticas de seu tempo.

A poesia de Carlos Drummond de Andrade, que se defronta com as aporias da política moderna brasileira, outra etapa de um projeto modernizador do Brasil e o contexto literário dos anos 1930 e 1940, é tema do ensaio de autoria de Alemar Silva Araújo Rena, *Poder, melancolia e o “ser qualquer” em Drummond*. Relendo o momento em que o Brasil vive sob a ditadura de Getúlio Vargas e a contextualização histórica da poesia de Drummond, o pesquisador afirma: “Ao contrário do déspota, o poeta (e a poesia) não escraviza; ao contrário do discurso oficial, religioso ou partidário, a poesia (e o poeta) ainda é autônoma, livre, potente.” O ensaísta aproxima o “ser qualquer” de Agamben ao “qualquer homem” de Drummond, para ler modos de ser comum e singular, universal e subjetivo. E enfrenta uma questão que nos faz pensar nas relações entre arte e política: como situar Drummond no momento histórico, após as transformações provocadas pela Revolução de 1930, em um contexto de tensões políticas e intelectuais ao qual o poeta responderia pela “potência do não” e a força da poesia?

Conclui o presente percurso por tão variadas facetas da criação poética o ensaio de autoria de Roberto Doring Pinho da Silva, *Poesia, minha vida verdadeira: um itinerário antológico de Manuel Bandeira*, o qual lê, no poema *Antologia*, “um mosaico de excertos extraídos de sua própria obra” que traça o itinerário da “vida verdadeira” do poeta: a poesia. Aqui o engajamento e o compromisso assumem um viés metafísico. Manuel Bandeira, que morre aos oitenta anos, viu-se assombrado muito cedo pela iminência da morte, sua poesia “se teceu como uma forma de existência em si mesma” e confere à criação poética uma densidade filosófica, assim como a dimensão de uma busca espiritual, em modos e tons de uma *persona* de *poeta menor*. O pesquisador acompanha diferentes momentos da biografia de Manuel Bandeira, as múltiplas formas de sua poesia e as sucessivas posições e escolhas do poeta no campo literário, penumbrismo, modernismo ou “uma fugaz incursão pelo concretismo”, sem que jamais ele tenha se prendido a militâncias.

O número não estaria completo sem o conjunto de resenhas: *O belo e o simples: o poder na liberdade dos desenhos de Niemeyer* de autoria de Ana Leonor

Madeira Rodrigues e Shakil Yussuf Rahim; *Teoria do Fantasma: o poder do artista na (re)definição da realidade*, de Maria Leonor Camarinha Parada de Figueiredo e *Duas ou três páginas despretensiosas*, de Vicentônio Regis do Nascimento Silva. Shakil Yussuf Rahim e Ana Leonor Madeira Rodrigues comentam o livro de autoria de Oscar Niemeyer, *Conversa de Arquiteto*, originalmente publicado em 1993 e republicado pela editora Campo das Letras, do Porto, em 2007, no qual se faz ouvir a voz de Niemeyer, reafirmando a liberdade e a beleza do traço, e a importância da surpresa, no gesto da criação. Estão presentes nessa coletânea de textos, seu projeto estético e político comunista, suas referências de arquiteto: a busca pelo novo, Gaston Bachelard, a recusa da rigidez, o retorno a formas fundamentais, os corpos que dão movimento à escala, o desenho que compõe a poética do espaço, do concreto e do vidro... O texto faz ressoar, mais uma vez, a fala do poeta: “[...] considero os homens como uma casa. Uma casa que pode ser melhorada [...]”.

Maria Leonor Camarinha Parada de Figueiredo, apresenta o livro de autoria de Fernando Guerreiro, *Teoria do Fantasma* (Lisboa: Mariposa Azul, 2011), em que se imbricam poema e exposição teórica para produzir uma mundivisão, que reafirma que “a literatura é um campo lavrado pela morte”, no trabalho de “evocar fantasmas e lhes dar movimento” e explora as imagens virtuais geradas pela poesia. Fantasma, real, simulacro, nesta leitura lacaniana da criação poética, o poema nos aproximaria da espectralidade do sonho, trazendo consigo possibilidades renovadas de produzir sentidos e modificar a realidade. Vicentônio Régis do Nascimento Silva nos traz a resenha do livro de autoria de Luiz Carlos Simon, *Duas ou três páginas despretensiosas* (Londrina: EDUEL, 2011), coletânea de textos em que seu autor “defende a crônica e a afasta da marginalização, propondo a reabilitação do gênero que, se por um lado, obtém prestígio no ensino médio, por outro, enfrenta o ocaso nas grades curriculares das licenciaturas de Letras.” Entre literatura e jornalismo, a crônica é um gênero que acolhe a notícia, com humor ou lirismo. O pesquisador oferece uma leitura passo a passo da obra de Luiz Carlos Simon, com uma detalhada síntese dos capítulos, que evocam, dentre nossos cronistas, Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade e Fernando Sabino, e também Antonio Maria e Luis Fernando Veríssimo e sua contribuição para o gênero. Aqui aparece o poder das grades curriculares que afastam dos programas obras e gêneros que não atendam a parâmetros escolares discutidos e decididos em gabinetes.

A provocação lançada pelo tema deste número, *O artista, o poeta e o poder*, acompanha, em surdina ou claramente, atividades e práticas da área de arquitetura, artes, letras, linguística e música, em seus espaços de criação, ensino e produção de obras e busca dar respostas a uma interrogação constante, com a qual somos regularmente confrontados: qual a utilidade da poesia, da criação, da arte? Sempre

lembrado, aquilo que já afirmara, em 1836, o poeta Théophile Gautier no prefácio de *Mademoiselle de Maupin*: “Só aquilo que não serve para nada é realmente belo; tudo aquilo que é útil é feio; pois é a expressão de uma necessidade qualquer [...]. O lugar mais útil de uma casa são as latrinas.”

Os ensaios e as resenhas que aqui apresentamos nos oferecem um rico percurso pela poesia que se engaja nas lutas de uma sociedade, abre perspectivas que descortinam a alteridade, constrói narrativas que desenham identidades subjetivas ou coletivas, luta para dizer o humano e a beleza da liberdade e da morte. As instâncias legitimadoras de mecenato, patrocínio ou excelência, com seus mecanismos de controle político, cuja face mais visível é a censura, aparecem como forte argumento *em favor* de sua utilidade, pois por que controlar o que seria por si só inútil, inócuo ou supérfluo?

A existência e a resistência da obra artística, literária ou musical, o traço do arquiteto que conferem beleza à cidade, como um bem público e um exercício de cidadania, à questão da arte pela arte ou da arte engajada, de inspiração rasamente pragmática ou criticamente política, graças às estratégias de aceitação e repulsa das esferas de poder, respondem pelos sentidos que a criação artística não cessa de produzir.

Celina Maria Moreira de Mello
Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina
Sonia Cristina Reis